

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.647 - RS (2020/0045692-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : ALEXSANDER MINEIRO NUNES
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR ANTERIOR AO DELITO PELO QUAL O RECORRIDO ESTÁ EM CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENTENDEU DE FORMA DIVERSA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FAVORÁVEL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão emanado do e. Tribunal de Justiça daquele Estado.

Consta dos autos que e. Tribunal de origem, por maioria, deu provimento ao recurso defensivo, para reconhecer o direito à detração pelos períodos de 17/01/1998 a 21/02/1998 e 02/05/2007 a 05/05/2007, nos quais o recorrido permaneceu segregado cautelarmente por decisões proferidas em outros processos. Transcrevo, por oportuno, a ementa do aresto objurgado (fl. 41):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. DETRAÇÃO DE PERÍODOS EM QUE O APENADO PERMANECEU PRESO CAUTELARMENTE EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO PROFERIDA EM OUTROS PROCESSOS. CABIMENTO.

Além de inexistir vedação legal à pretensão da agravante, se não for permitido ao apenado utilizar o período de

segregação cautelar imposto em processo em que não requereu a detração, descontando-o em outro, no qual foi condenado, nenhum benefício ou contrapartida por parte do poder público receberá em razão deste período em que teve cerceada sua liberdade, pelo menos sem provocar judicialmente o Estado.

AGRAVO PROVIDO, por maioria."

Nas razões do recurso especial (fls. 56/64), o **Parquet** sustenta violação ao art. 42, do Código Penal, ao argumento de que "(...) *não obstante seja possível aplicar a detração em processos distintos, é necessário que o delito pelo qual o sentenciado cumpra atualmente a pena tenha sido cometido antes daquele em face do qual foi decretada a segregação cautelar que se busca detrair, pois, caso contrário, estar-se-ia concedendo um "crédito carcerário" ao transgressor. Não precisa haver ligação entre o fato criminoso praticado, a prisão provisória e a pena, basta que a data do cometimento do crime de que se trata a execução seja anterior ao período pleiteado e que nesse outro processo tenha havido absolvição ou extinção da punibilidade*". (fl. 60).

Informa, no ponto, que: "[...] *tendo o delito pelo qual o apenado atualmente cumpre pena sido perpetrado em 02.04.2010, impossível a detração dos períodos compreendidos entre 17/01/1998 a 21/02/1998 e 02/05/2007 a 05/11/2007, de modo que o acórdão recorrido ensejou evidente contrariedade ao artigo 42 do Código Penal.*" (fl. 63).

Pleiteia, portanto, que seja tornada sem efeito a conclusão a que chegou a e. Corte de origem sobre a autorização da detração do tempo de prisão cautelar anterior ao cometimento do delito que ensejou a execução.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 71/81), foi o recurso admitido na origem (fls. 83/87).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, se manifestou pelo **provimento** da insurgência (fls. 100/102), nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR CUMPRIDO EM OUTRO FEITO. ART. 42, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. CUSTÓDIA ANTERIOR AO FATO PELO QUAL O PACIENTE

CUMPRE PENA NO MOMENTO. PARECER PELO PROVIMENTO RECURSAL, TORNANDO SEM EFEITO A DECISÃO QUE AUTORIZOU A DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR CUMPRIDO PELO APENADO, EM DATA ANTERIOR AO FATO DELITUOSO QUE ENSEJOU A CONDENAÇÃO ORA EXECUTADA."

É o relatório.

Decido.

Compulsando a tese aventada na seara recursal, tenho que suas premissas **merecem prosperar**.

Conforme relatado, busca o insurgente, em síntese, a reforma do julgado, apontando, para tanto, contrariedade do acórdão recorrido com o artigo 42 do Código Penal, "(...) *para que seja tornada sem efeito a decisão que autorizou a detração dos tempos de prisão cautelar cumpridos pelo apenado em datas anteriores ao fato delituoso que ensejou a condenação ora executada.*" (fls. 63/64).

Sobre a **quaestio**, no que importa ao caso, assim fundamentou o e. Tribunal de origem, **in verbis** (fls. 43/44, destaquei):

"Na hipótese dos autos, a detração não foi concedida em outra oportunidade.

Não há, como se vê, vedação legal à detração reconhecida. Se não for permitido ao apenado utilizar o período de segregação cautelar imposto em processo no qual restou absolvido ou teve extinta a punibilidade, descontando-o em outro, no qual foi condenado, nenhum benefício ou contrapartida por parte do poder público poderá receber em razão deste período em que indevidamente teve cerceada sua liberdade. Poderá, é claro, pleitear eventual indenização, se comprovado erro judiciário ou equívoco grosseiro dos agentes públicos. Mas este não é um tema pacífico, tendo em vista que a prisão cautelar é instituto previsto no ordenamento jurídico brasileiro e, se observados todos os requisitos legais, o preso dificilmente terá ressarcidos os danos sofridos, em que pesem os efeitos devastadores que o aprisionamento produz sobre a vida pessoal e profissional do indivíduo, mesmo que seguido de uma absolvição.

Assim, não havendo impedimento legal, entendo por reconhecer o direito à detração, pelos períodos 17/01/1998 a 21/02/1998 e 02/05/2007 a 05/05/2007.

Isso posto, dou provimento ao agravo para reconhecer o direito à

detração, pelos períodos de 17/01/1998 a 21/02/1998 e 02/05/2007 a 05/05/2007, nos quais o apenado permaneceu segregado cautelarmente por decisões proferidas em outros processos."

Por oportuno, destaco trechos do voto vencido, no ponto (fls. 44/48, grifei):

"Pretende o agravante a detração da pena referente aos períodos de 17.01.1998 a 21.02.1998 e 02.05.2007 a 05.11.2007. Ocorre que o apenado iniciou o cumprimento da pena em 02.04.2019, pela prática de crime de roubo cometida em 27.03.2010, logo, os períodos da pretensa detração guardam relação a delitos diversos e anteriores ao fato pelo qual deu ensejo ao cumprimento da pena.

Na forma da interpretação dada ao art. 42 do CP para o efeito da detração devem ser observados os requisitos:

1) que a data do cometimento do crime de que se trata a execução seja anterior ao período pleiteado; 2) e que neste outro processo a sentença tenha sido de absolvição ou de extinção da punibilidade.¹

Filio-me ao entendimento, portanto, de que apenas a prisão provisória posterior ao cometimento do delito cuja pena está em execução pode ser computada para detração. Entender em sentido contrário, na esteira do dito pelo STJ, seria o mesmo que admitir um "crédito" perante a Justiça Criminal.

[...]

Portanto, no caso dos autos, não estão presentes os requisitos para a detração, à medida que a data do cometimento do crime de que trata a execução penal (27.03.2010) é posterior aos períodos pleiteados (17.01.1998 a 21.02.1998 e 02.05.2007 a 05.11.2007), em que pese neles tenha sido o agravante absolvido (fl.5)."

A questão a ser analisada cinge-se na (im)possibilidade de detração de tempo de prisão provisória referente a outro processo criminal cujo fato se deu em data anterior à que ensejou a execução.

Verifico que a e. Corte **a quo** entendeu pela possibilidade de detração do tempo de prisão cautelar anterior ao cometimento do delito que ensejou a execução. **No entanto**, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que: *"[é] admitida a detração em relação a fato diverso daquele que deu azo à prisão processual; contudo, somente em relação a delitos anteriores à segregação provisória, sob risco de se criar uma espécie de crédito contra a Justiça Criminal. Precedentes."* (HC

422.310/DF, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 11/5/2018).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. DETRAÇÃO PENAL. ART. 42 DO CÓDIGO PENAL. DETRAÇÃO DO TEMPO DE PRISÃO CAUTELAR CUMPRIDO EM OUTRO FEITO. CUSTÓDIA ANTERIOR AO FATO PELO QUAL O PACIENTE CUMPRE PENA NO MOMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

II - Nos termos do art. 42 do Código Penal, computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

III - É inviável aplicar-se o instituto da detração penal em relação aos crimes cometidos posteriormente à custódia cautelar, cujo lapso temporal se pretende descontar.

IV - No caso, o paciente pretende obter a detração na pena ora em execução, relativa a delitos cometidos em 8/3/2015 e 3/1/2017, do período de 26/4/2012 a 11/5/2012, em que esteve detido cautelarmente em decorrência de feito anterior. O pleito está em desconformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, não havendo, portanto, o alegado constrangimento ilegal.

Habeas corpus não conhecido." (HC 521.121/RS, **Quinta Turma**, de **minha relatoria**, DJe 08/10/2019, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO PENAL ENTRE PROCESSOS DISTINTOS. DELITO PELO QUAL O SENTENCIADO CUMPRE PENA ANTERIOR AO TEMPO DE PRISÃO EM OUTRO PROCESSO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal admite a detração (art. 42 do CP) por custódia indevidamente cumprida em outro processo, desde que o crime em virtude do qual o condenado executa a pena a ser computada seja anterior ao período pleiteado. Busca-se, com isso, impedir uma espécie de crédito em desfavor do Estado, disponível para utilização no futuro.

[...]

3. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no HC 506.413/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 30/09/2019, grifei).

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, **in verbis**:

"HABEAS CORPUS. DETRAÇÃO PENAL. CÔMPUTO DO PERÍODO DE PRISÃO ANTERIOR À PRÁTICA DE NOVO CRIME: IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS INDEFERIDO.

1. *Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que "não é possível creditar-se ao réu qualquer tempo de encarceramento anterior à prática do crime que deu origem a condenação atual" (RHC 61.195, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ 23.9.1983).*

2. *Não pode o Paciente valer-se do período em que esteve custodiado - e posteriormente absolvido - para fins de detração da pena de crime cometido em período posterior.*

3. *Habeas Corpus indeferido.*"(HC 93979, **Primeira Turma**, Relatora Ministra **Cármem Lúcia**, DJe 20/6/2008).

Dessa feita, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo em desconformidade** com o entendimento desta Corte de Justiça, quanto ao tema, incide, no caso o enunciado da **Súmula n. 568/STJ**, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para reformar o acórdão recorrido e tornar sem efeito a decisão que autorizou a detração dos tempos de prisão cautelar cumpridos pelo recorrido em datas anteriores ao fato delituoso que ensejou a condenação em execução.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator